

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA PRÁTICA DE PESQUISA

Engenho Pedras: Aspectos da vida social e econômica e a importância dos bens materiais, a partir dos inventários de Ana Rollemberg Madureira e Luiz Barbosa de Madureira (1866 e 1872).

SÃO CRISTÓVÃO

2015

Engenho Pedras: Aspectos da vida social e econômica e a importância dos bens materiais, a partir dos inventários de Ana Rollemberg Madureira e Luiz Barbosa de Madureira (1866 e 1872).

Artigo apresentado à disciplina Prática de Pesquisa como requisito parcial à conclusão do curso de História Licenciatura do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe.

Professor Orientador: Drº Augusto da Silva

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	04
2.	Engenho Pedras a partir de suas construções: Riqueza, poder, ascensão social.....	05
3.	O Patrimônio do Engenho Pedras.....	11
4.	A nova geração de herdeiros e proprietários do Engenho Pedras.....	13
5.	A cultura e o cotidiano no século XIX. Engenho Pedras, Maruim região do Cotinguiba.....	14
6.	Considerações Finais.....	21
7.	Fonte e Bibliografias.....	22

Engenho Pedras: Aspectos da vida social e econômica e a importância dos bens materiais, a partir dos inventários de Ana Rollemberg Madureira e Luiz Barbosa de Madureira (1866 e 1872).

Ana Angélica Barreto da Silva França

Curso de História Licenciatura

Orientador: Profº Drº Augusto da Silva

1 – Introdução

O objetivo desse artigo é de avançar na compreensão da história do Engenho Pedras, a cultura e o cotidiano, a valorização dos bens materiais, os objetos de valores, bens móveis e imóveis, as riquezas que fizeram parte da vida e do cotidiano dos herdeiros e proprietários do Engenho Pedras. Assim, buscar analisar como se organizavam socialmente e economicamente as pessoas que viviam na região do Cotinguiba e no Engenho Pedras nesse período. Buscar evidenciar as características dos bens materiais dessa região na tentativa de mostrar os principais fatores que contribuíram e fomentavam suas riquezas, os costumes e a valorização por determinados objetos daquele período. Mostrar a evolução e o poderio do Engenho Pedras, a arquitetura, os status da família e o imaginário criado que influenciaram as pessoas na vida econômica, política, social e cultural que ali moravam na região.

Parte dos documentos referentes à História de Sergipe e aos engenhos se concentra principalmente no Instituto Geográfico e Histórico de Sergipe; Biblioteca Federal de Sergipe; Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe e Arquivo Público de Sergipe. Os estudos desenvolvidos serviram de inspiração e base teórica para o desenvolvimento dessa pesquisa. Uma fonte de pesquisa essencial para o prosseguimento ao estudo desenvolvido no tcc com estudos valiosos foram os inventários, e a princípio a pesquisa foi concentrada no Arquivo

Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, com base em inventários¹ *post mortem*, importante para estabelecer algumas aproximações históricas sobre a vida social, política, econômica, e dos bens materiais da região, informações e indícios que revelavam aspectos da vivência da época. Nessa documentação analisada como se verá a seguir, os inventários do Engenho Pedras dos proprietários Ana Rollemberg Madureira e Luiz Barbosa de Madureira (1866 e 1872).

A importância do inventário é que ele nos relata informações dos bens (móveis e imóveis), assim também como das dívidas ativas (os créditos) e das dívidas passivas (os débitos) que as pessoas acumulam ao longo de sua vida e que elas possuíam no momento de sua morte. O inventário é um registro feito em cartório com valor para definir o que caberá por partilha, aos herdeiros. O inventário é sem dúvida fonte rica para a história, não só para descrições da vida material, dos valores, dos bens, *causa mortis* tec., mas, também da sociedade, da economia, da política, do cotidiano em um tempo específico. Isto é, uma generalização a partir da situação familiar. O presente trabalho busca evidenciar as características dos bens materiais dessa região nesse período, na tentativa de mostrar os principais fatores que contribuíram e fomentaram suas riquezas, alguns costumes.

Boa parcela dos engenhos de Sergipe estava concentrada no vale do Cotinguiba, onde se configuraria desde meados do século XVIII na principal área econômica da província. Ali foram surgindo pequenas povoações, como a vila de Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro, localizadas a margens do rio Cotinguiba, Rosário do Catete as margens do rio Siriri e Japaratuba, e a vila de Maruim as margens do rio Ganhamoroba. Posteriormente os vilarejos de Capela e Divina Pastora e na segunda metade do século XIX a riqueza da região motivou a transferência da capital para Aracaju. O número de engenhos em Sergipe chega a 830 unidades, o maior índice numérico da província atingido na década de 1860. Os municípios de Maruim e Laranjeiras apresentavam-se como os mais ricos, envolvidos principalmente com a lavoura da cana-de-açúcar, que atendia a demanda do comércio internacional oriundo do seu cultivo e produção que se firmava no pilar econômico da província.

¹ AGJES – Inventário de Anna Rollemberg Madureira (inventariante: Comendador Luiz Barbosa de Madureira) – Maruim – Cartório do 2º Ofício – cx. 11 – n 945 – ano 1866. E Inventário de Luiz Barbosa de Madureira (inventariante: Manoel Rollemberg Acciole Madureira) – Maruim – Cartório do 2º Ofício – cx. 15 – n 949 – ano 1872.

2- O Engenho Pedras a partir de suas construções: Riqueza, poder econômico e político, ascensão social.

O Engenho Pedras foi construído em 1807 no município de Maruim/SE, região do Cotinguiba. A partir de então suas construções e transformações sociais e econômicas fizeram parte de sua História. Em 1823 o Engenho Pedras pertencia a Manuel Rollemberg de Azevedo, casado com Maria do Faro Rollemberg, e a partir de 1835 passa a ter como seus proprietários, Luiz Barbosa de Madureira e sua esposa Ana de Faro Rollemberg, que herdou o Engenho Pedras do pai, Manuel Rollemberg de Azevedo. Além do Engenho Pedras a família possuía mais quatro engenhos: Unha de Gato, Vitória, São Joaquim e Maria Teles. Entretanto, o objetivo é analisar a história desses herdeiros nesse contexto, a valorização do patrimônio, e a importância dos bens materiais desse período, analisados sob os inventários de Ana do Faro Rollemberg Madureira (1866) e Luiz Barbosa Madureira (1872).

Uma importante fonte para a compreensão da história desse período são os inventários *post mortem*. O inventário tomado como objeto de pesquisa permite ao pesquisador reconstruir o caráter da vida material da sociedade em determinado tempo histórico através da análise do patrimônio dos familiares, os documentos possibilitam recuperar a história da vida material, do indivíduo, de uma sociedade, é possível também listar os bens móveis e imóveis, e o agrupamento familiar que compartilhavam um cotidiano. Podendo ainda desvendar a estrutura econômica de uma sociedade, e também das relações sociais, as condições cotidianas de vida dessa época. Além de oferecer a oportunidade de compará-los e avaliar os significados diversos dos momentos da economia regional. Este tipo de documento revela outros aspectos da vida cotidiana, como as devoções particulares, o preço e o valor dos bens, a forma de distribuição dos bens através da partilha, e outros. O Engenho Pedras representa o cenário ideal para uma análise do processo evolutivo da cultura canavieira na região do Cotinguiba, município de Maruim, Sergipe.

O município de Maruim foi um importante centro comercial, industrial e cultural de Sergipe no século XIX, nascido às margens do rio Ganhamoroba o município fica na região do Cotinguiba. Maruim se tornou um entreposto de grande quantidade de açúcar, permitindo o estabelecimento das mais importantes casas comerciais da província de Sergipe Del Rei e teve destaque como grande centro urbano, comercial, político e social, sendo as disputas pelo poder político que trouxeram para si a condição de Vila de Santo Amaro de Maruim, em 19 de fevereiro de 1835, e à cidade em 05 de maio de 1854. O fundador da cidade foi José Pinto de

Carvalho, o mesmo governou a Vila de Maruim e empossou o primeiro prefeito de Maruim, Luiz Barbosa Madureira.

Sua função de cidade portuária foi importante ainda no papel da comunicação, uma intensa navegação colocava Maruim em comunicação direta e permanente com os povos estrangeiros, com a Bahia, com o Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, e outros, comunicação que lhe permitia incorporar valores e modelos de sociedade que lhe servia de referência. Maruim se tornou o principal centro econômico de Sergipe na segunda metade do século XIX, localizado na região de maior importância econômica de Sergipe, devido à produção de açúcar e de importantes engenhos, de toda a província, até o início da República. Durante uma parte desse século a força econômica e política eram em poder dos grandes proprietários de terras e de engenhos, sendo eles lideranças e chefes políticos bastante fortes e influentes em todo estado de Sergipe. Os vales formados pelos rios: Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba foram relevantes, principalmente para a cultura de açúcar, devido à grande abundância do solo das terras de massapé bastante favorável para lavoura de cana-de-açúcar, conhecida como Barra do Cotinguiba, ideal para desenvolver estímulos para o desenvolvimento da economia, principalmente da região.

As terras propícias e o açúcar eram as maiores riquezas econômicas de Maruim na metade do século XIX. A região possuía grandes engenhos, grandes proprietários, líderes sergipanos. O coronel Gonçalo Rollemberg do Prado tinha as maiores usinas e produções de açúcar, ele governou a cidade por muitos anos. A menor província do Império brasileiro possuía uma grande rede de transporte fluvial devido às suas seis bacias hidrográficas: a do rio Real, que separa Sergipe da Bahia; a do rio Vaza-Barris, que banha São Cristóvão; dos rios Sergipe e Cotinguiba, que banham Riachuelo, Laranjeiras, Maruim; do rio Japarutuba que banha o município de Japarutuba; do rio Piauí, que banha o município de Estância e a do rio São Francisco, limite com província de Alagoas. A zona do Cotinguiba que compreende os territórios ao longo dos vales dos rios Japarutuba, Cotinguiba e Sergipe com solos de massapé, argilosos, escuros e pesados, propícios para o cultivo da cana de açúcar, fez união com o clima e rios navegáveis. A historiográfica sobre Sergipe demonstra o crescimento do número de engenhos de Sergipe que passou de vinte e cinco em 1724, para cento e quarenta, em 1798, segundo alguns historiadores o esse crescimento se explica devido à valorização do açúcar no final do século XVIII, com o lucro por parte de venda das terras e investidos na montagem de engenhos e fez com que o Cotinguiba se tornasse o maior centro econômico em Sergipe.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento dos engenhos sergipanos, a historiadora, Maria da Glória Almeida, percebeu momentos distintos de fragmentação da propriedade fundiária em Sergipe, no século XIX. Entre 1840 e 1860, seria marcado pela multiplicação dos engenhos, que podia ser explicada pela subdivisão por herança; pela doação ou venda de parte das terras das posses maiores; ou ainda pela baixa tecnologia que limitava a expansão dentro de cada engenho, obrigando os senhores a montarem novos engenhos quando havia aumento de produção. Em relação ao tamanho do engenho sergipano, Luís Mott já havia chegado à conclusão semelhante de que, em Sergipe, eles, "se comparados com os da Bahia e mesmo os de Pernambuco, não passavam de bangüês". De acordo com Almeida, essa multiplicação ainda permitiria a manutenção de uma "dimensão útil" do engenho, não comprometendo o seu funcionamento dentro das técnicas existentes. Por "dimensão útil" a autora entendeu uma propriedade que tivesse capacidade de fornecer todos os elementos necessários ao funcionamento de um engenho, tais como terras para as plantações, matas que forneceria lenha para as fornalhas, pastos para a criação do gado, principal fonte de energia motora dos engenhos sergipanos, roças de subsistência, além do espaço para a fábrica e para moradia da família senhorial, dos escravos e dos agregados.

Já o período posterior à década de 1860 seria marcado por um "movimento acelerado de fragmentação" das propriedades e das fortunas, por ocasião da morte da primeira geração dos senhores de engenho da região. Para Almeida, essa acentuada fragmentação colocou em risco a manutenção de muitos engenhos, que acabaram por passar para as mãos de outras famílias.

Localizado na região do Cotinguiba, próximo à cidade de Maruim, o Engenho Pedras destacou-se por atravessar diversas fases da economia açucareira, além da plantação de açúcar existia também a cultura da mandioca e do algodão. Em Sergipe, no século XIX, ser proprietário de engenho significava ter prestígio social, e por isso inúmeras disputas foram travadas entre herdeiros pela posse das terras, resultando em uma fragmentação dos engenhos que ao longo do século se caracterizaram por serem de pequeno porte se comparados aos da Bahia e de Pernambuco.

Tais disputas pela herança nos testamentos marcaram a história do Engenho Pedras, seu primeiro proprietário foi o coronel Manuel Rolemberg de Azevedo, de família holandesa, a família Rolemberg ao se instalar no engenho se empenhou em manter o "*modus vivendi*" europeu através da ostentação do luxo demasiado que compunha a casa grande com enormes lustres, vasos de porcelana, cristaleiras, quadros de pintores renomados etc. O modo de vida europeia também marcou a sociedade colonial e imperial através da presença marcadamente influente da igreja católica, na organização do espaço físico do engenho percebe-se a

construção da capela do lado da casa grande; uma representação da vigilância sobre a moral e os bons costumes, ali eram realizados batismos, casamentos e outras comemorações religiosas importantes que norteavam a vida da sociedade local.

O Engenho Pedras possuía uma imponente arquitetura, a casa grande, a capela, a usina e a casa dos trabalhadores configuram uma grande praça central retangular, implantadas num terreno plano, sendo a residência do senhoril cheia de riquezas e ornatos, fato que demonstra a ambição e condição de poder dos antigos proprietários desse engenho.

Segundo Loureiro (1999) nos informa que:

No século XIX, os sobrados das casas-grandes assemelham-se à arquitetura colonial mineira, com janelas rasgadas por inteiro, até o nível do piso, sacada de ferro. Predominam elementos neo-góticos. Portas, janelas ogivais, com alguma influência italiana, caixilharia envidraçada, bandeiras e janelas tipo guilhotina. Verifica-se certa miscelânea de estilos, que caracterizou a fase de ecletismo na arquitetura brasileira. As implantações dos edifícios no terreno e nos jardins seguiam muitas vezes os modelos franceses. Nas propriedades açucareiras mais abastadas, não podemos deixar de notar que a setorização das diversas construções – casas-grandes, usinas, casas de trabalhadores etc. – denotavam uma configuração com contornos de urbanidade. As edificações foram dispostas em torno de um vasto pátio central, como se fora uma grandiosa praça. Os barões de Sergipe também sonhavam com seus burgos, embriões de cidades futuras, fundamentadas num sistema feudal de vales açucareiros. Não seria de todo uma exorbitância... Em várias regiões, a vida econômica, política e social convergiam para os vales onde se localizavam os maiores engenhos, atraindo centenas de pessoas em casamentos, batizados, festas, reuniões, dinâmicas, feiras semanais. Não obstante, do coração de cada uma dessas propriedades, não vingou uma cidade sequer. As dezenas de povoamentos, por elas influenciadas, desenvolveram-se do lado de fora das suas cercas, como as cidades que se formaram na Idade Média europeia, fora dos muros do castelo, do senhor feudal, livres...

O Engenho Pedras era uma unidade agrícola fracionada em áreas de cultivo de cana-de-açúcar, pastagem para gado, matas e área não agrícola destinadas a vivendas. Se formou vizinho aos Engenhos Unha de Gato, Maria Teles, Canoa Nova, Santo Antônio e Pombinhas. Todos esses engenhos se localizavam na região entre os rios Sergipe e Japarutuba e eram cortados pelo rio Siriri.

Percebe-se através dos estudos sobre o Engenho Pedras, que as propriedades dessa região pertenciam ao mesmo grupo familiar, eram todos senhores de propriedades de terras e engenhos e de prestígio na vida política, social e econômica na região do Cotinguiba

compreendida entre o rio Sergipe e o rio Japaratuba, os engenhos ali existentes eram da mesma família. O Engenho Maria Telles, ao oeste, na primeira metade do século XIX é propriedade de Simião Telles de Menezes, casado com Clara Maria de Lima, irmã de Manoel Rollemberg de Azevedo, sendo os dois filhos de Gonçalo Paes de Azevedo que era proprietário do Engenho Unha de Gato em 1807, onde o nome do mesmo está em uma relação de proprietários da comarca de Sergipe Del Rey. O Engenho Maria Telles também se limitava com o Engenho Unha de Gato e ao Engenho Mato Grosso, este cujo proprietário é João Paes de Rollemberg possível irmão de Gonçalo Paes de Azevedo. O Engenho Unha de Gato fazia limite com o Engenho Vitória. Ao que indica todas as terras pertenciam à ancestral comum que as teria dividido entre seus filhos que garantia aos mesmos, riqueza e prestígio, perante a sociedade.

Então, em 1823 o Engenho Pedras pertencia a Manoel Rollemberg de Azevedo, em 1835 a propriedade do Engenho Pedras passou a mãos de Luis Barbosa de Madureira e sua família que era dona do Engenho Periperí também naquela região e sua mulher Ana de Faro Rollemberg, filha de Manoel Rollemberg de Azevedo. Então os quatros engenhos visinhos tinham passado por herança aos descendentes de Manoel Rollemberg. O Engenho Unha de Gato passa para as mãos do Barão de Maruim, casado com Maria do Faro Rollemberg; o Engenho Vitória ao seu filho Gonçalo do Faro Rollemberg mais tarde Barão de Japaratuba; o Engenho Maria Telles a Manoel Rollemberg de Menezes, casado com a neta filha do Barão e o Engenho São Joaquim a Maria de Faro Rollemberg. Com isso contabiliza-se o patrimônio da família e sobre esse patrimônio a família daria início a sua expansão capitalista na sua propriedade canavieira.

Nos meados dos séculos XIX a província entra numa fase de grande preocupação para os proprietários sergipanos pelos grandes projetos considerados como os verdadeiros caminhos como grandes projetos de desenvolvimento da província e da sua realização econômica e social como a abertura de canais ligando os grandes rios entre si, a linha de navegação a vapor reduziria a irregularidade do movimento de embarcações a vela; do movimento de embarcações a construção de estradas; a criação de estabelecimento de crédito rural, etc. A província teve que enfrentar difíceis momentos que prejudicariam a concretização do progresso tão almejado pelos provincianos daquela época.

A proibição do tráfico negreiro ao mesmo tempo em que possibilitou a liberdade de capitais para empreendimentos novos permitiu grandes golpes sobre a força de trabalho nas empresas agrícolas, principalmente açucareiras. Como consequência os escravos de atividades de subsistência foram atraídos para fazer às necessidades de cultura açucareira, que

dispunham de capitais capazes de mantê-los em serviços. Aliado a esse fato a eclosão de cólera-morbus e as suas sucessivas secas que atingiram a agricultura da província em meados da década de 1850 a uma das maiores crises do século XIX, evidenciada pela alta dos preços dos alimentos e em decorrência da fome. Foi nesse clima de grande instabilidade social e econômica, caracterizada por grandes planos e por condições adversas, que o Engenho Pedras esteve em mãos de Luiz Barbosa de Madureira.

A propriedade atinge esse nível com o momento de expansão e aplicação de capitais em escravos e artigo de luxo, muitas fortunas completam desarticulação com a partilha dos bens, por parte de um dos cônjuges. Percebe-se claramente esse processo de decomposição através do sistema de sucessão hereditária, que se aplicou aos bens do casal inventariados depois da morte de D. Ana em 1866. Havendo a necessidade de partilha dos bens que ocasionou um momento de instabilidade causando a redução do capital e tendo como consequência a dificuldade de aquisição de mão-de-obra e animais de trabalho e a impossibilidade de recomposição da capacidade de produção do engenho, percebe-se então que os períodos de depressão e expansão do Engenho Pedras ocorreram mais em consequência de questões hereditárias.

3 - O Patrimônio do Engenho Pedras.

Um dos grandes exemplos de engenho e de seu funcionamento em solo sergipano que vivenciará várias crises é o Engenho Pedras, antes de suas moendas serem movidas a vapor, o que só veio a se concretizar nas últimas décadas do século XIX. Pedras era um engenho “banguê”, movido a cavalo, foi o engenho que mais possuiu escravos em Sergipe, chegando a 129 escravos no ano de 1866. Esse engenho que pertencia a Manoel Rolemberg d’Azevedo, o qual se localizava na região compreendida entre o rio Sergipe e o Japaratuba e entre quatro engenhos menores adquiridos por herança, propriedades estas que eram atravessadas pelo rio Siriri, elemento indispensável para a composição de uma propriedade canavieira.

Sendo assim o Engenho Pedras foi considerado o maior detentor de mão de obra escrava de Sergipe nesse período de prosperidade econômica, contudo, esse engenho passou também por momentos de crise devido à crise do açúcar na década de 1850, da partilha de bens com a morte de seus herdeiros e, principalmente com a falta de capital circulante. Com isso, logo após a morte de Manoel Rolemberg Acciole Madureira, o seu herdeiro não teve

condições de² preservar o patrimônio, pratica uma administração que não favorável ao seu desenvolvimento, cujas consequências podem ser observadas até hoje ao observamos a sua estrutura física.

O Engenho Pedras, durante um bom período do século XIX esbanjava riquezas, devido possuir grande quantidade de terras, objetos decorativos luxuosos, louças, vasos de porcelanas, móveis luxuosos, enormes lustres, cristaleiras, quadro de pintores renomados, escravos, entre outros objetos de valor. Além da plantação da cana-de-açúcar e apresentava também a cultura da mandioca e do algodão, do couro e outros, era um engenho de grande produção e funcionava com mais desenvolvidas técnicas agrícolas da região, sua arquitetura demonstra o estilo de ostentação da sociedade patriarcal da sociedade maruimense no século XIX. Mas foi num momento de instabilidade tanto econômica quanto social que o Engenho Pedras justamente nas mãos de Luiz Barbosa de Madureira viveu uma das suas crises, o engenho começa a sentir a crise vivendo momentos de expansão de capital nos grandes investimentos de capital em escravos que era bastante caro e artigos de luxo.

O patrimônio dos bens do casal herdado por seu viúvo Luiz Barbosa de Madureira após a morte de sua esposa D. Ana do Faro Rolemberg, inventariado em 1866, ficou avaliado um patrimônio no valor total de suas posses em mais de 229:032\$800, o que rendeu ao herdeiro proprietário viúvo uma parte no valor de 110:562\$650. Mas a circunstância não era favorável ao bom desempenho econômico do Engenho Pedras que foi financiado pela crise que acompanhava o funcionamento do Engenho Pedras, dentre outros motivos estimulado principalmente pela redução da possibilidade de contar com a força de trabalho humana ou animal, relevante e necessária para o funcionamento do engenho pedras nas lavouras de açúcar principalmente, que impediu da propriedade de realizar sua capacidade de produção e consequentemente de lucrar um bom negócio e recompor sua estabilidade.

Mesmo constando no inventário de 1866 o montante das dívidas em 6: 707\$ 488 já tinha sido constatado que a propriedade já atravessava um período de crise com a falta de capital circulante. O testamento de 1866 ainda declara com 30 cavalos, 16 éguas, 63 bois, 6 garrotes, 2 vacas, 2 carros de bois em bom uso, e 3 carros de bois quebrados, 2 carroças de madeira, 1 carroça de ferro e 14 burros. Em 1866 o número de escravos arrolados sob o poder de Luiz Barbosa de Madureira colocava o referido engenho um dos mais importantes engenhos da província, em questão de mão – de – obra com 129 escravos. Os preços dos

² AGJES – Inventário de Anna Rollemberg Madureira (inventariante: Luiz Barbosa de Madureira) – Maruim. Cartório do 2º Ofício – cx. 11 – n 945 – ano 1866.

escravos variavam entre 100 réis e 1: 500\$000, sendo que mais da metade de 62 escravos, ³ tinha um preço que variava entre 800 e 1:300\$000.

Devido à crise pela qual passavam o Engenho Pedras e à província, às inúmeras adversidades sociais e econômicas, dentre elas a proibição do comércio de escravos, epidemias, fome, alta dos preços, secas e outros, a situação do Engenho Pedras só veio a piorar e então o declínio se consolida com a morte do comendador Luiz Barbosa de Madureira em 1872. Infelizmente esse foi um acontecimento que contribuiu para o auge do processo de desarticulação que acabou vindo a evidências com a morte de Luiz Madureira, e atrelado a esse acontecimento vieram às dívidas. Com isso o protesto de dívida por Antônio Pereira Espinheira que cobrava uma quantia superior a cem contos. É bastante notório que logo após a morte de D. Ana, durante esse período de seis anos a propriedade vivenciou um período de redução de produção como consta no inventário de Luiz Barbosa de Madureira de 05 de Dezembro de 1872, apenas 40 escravos, sendo que o engenho já chegou a possuir 129 escravos, considerado o engenho que mais tinha escravos da região, 117 bestas, 1 poldras, 9 sendeiros, 1 burro, 1 poldrinho. Nesse período o engenho estava avaliado em 90: 000\$000.

Em 1866 o proprietário do Engenho Pedras possuía também o Engenho Periperí Novo, no termo de Rosário do Catete, comprado por escritura pública a seu cunhado, o Barão de Japarutuba. Esse engenho se tinha formado do desmembramento do Periperí que pertencera à família de Madureira. Como parte da herança materna, dispunha também de uma parte no que agora constituía o Engenho Periperí Velho. Duas pequenas partes de terras indivisas no sítio Toucinho, no Próprio Termo de Maruim, e 17 ações na Companhia Sergipana de Estocagem complementavam o quadro das possibilidades de reaplicação de capitais de que dispusera Luiz Madureira. Em 1872 com a morte de Luiz Madureira o Engenho Pedras passa por novas mudanças, havendo a necessidade de uma nova partilha dos bens que passa por mais um processo de sucessão hereditária, causando a redução do capital ocasionando a dificuldade de administração financeira, a situação financeira foi piorando cada vez mais até chegar ao ponto do Engenho Pedras ser leiloado. Fica como inventariante dos bens deixados do Engenho Pedras, seu pai Manoel Rolemberg Accioli Madureira, mas a partilha foi suspensa devido a denúncias por falta de condições devido a atos de irresponsabilidades de uso próprio dos bens do casal que dificultavam a preservação do patrimônio.

³ AGJES – Inventário do Comendador Luiz Barbosa de Madureira (inventariante: Manoel Rollemberg Accioli Madureira) – Maruim – Cartório do 2º Ofício – cx. 15 – n 949 – ano 1872.

4- A nova geração de herdeiros e proprietários do Engenho Pedras.

Em 1875, o Engenho Pedras foi transferido das mãos dos Rolemberg para as mãos do Barão de Propriá, José da Trindade Prado, que com um tempo depois passaria as mãos do seu filho adotivo Gonçalo Viera de Melo Prado. Sendo o responsável pelo patrimônio do Engenho Pedras nas últimas décadas do século XIX, Gonçalo Vieira de Melo Prado não conduziu o Engenho Pedras a uma posição vantajosa diante da situação econômica enfrentada em todo Brasil, suas medidas foram necessárias para uma boa administração no engenho, diante de várias tentativas e atitudes de preservação em seu testamento ele reconhece a situação de equilíbrio que se encontrava o patrimônio. Gonçalo ao tomar posse da propriedade sanou suas dívidas e com o dinheiro restante conseguiu reverter à situação através das técnicas de produção de açúcar instalando uma moderna usina, a partir daí o engenho engajou no movimento brasileiro de renascimento da indústria açucareira e passou a compor um conjunto de propriedades conhecido como Perda S/A, através do processo de reagregação de terras que durou cerca de três décadas. Após a morte de Gonçalves Vieira de Melo Prado, seu filho o Sr. Gonçalo Prado ficou como administrador implantando várias reformas na qual recompôs uma associação com o grupo Oiteirinhos de pessoas da mesma família, passando a ser Usina Oiteirinhos Ltda.

A trajetória do Engenho Pedras passa por várias gerações. No final do século XIX passa a ser de outro dono, sob a direção de Dr. Augusto Prado Leite, neto do coronel Gonçalo, denominada de Usina das Pedras. Sua estrutura era formada pela casa grande pertencente a família Leite, a capela, as residências para os empregados, as plantações de cana-de-açúcar, o algodão. Após alguns anos é vendida para Augusto Franco e passa a pertencer ao grupo da família Franco e transformada na Usina Pinheiro/ SA. Desde então, se transformou em fazenda de cana.

5 - A cultura e o cotidiano no século XIX. Engenho Pedras, Maruim região do Cotinguiba.

Na análise comparativa com outras localidades sergipanas, o Engenho Pedras foi um dos mais bem sucedidos dos engenhos sergipanos, além disso, a região e principalmente Maruim era uns dos mais importantes centro cultural, político e econômico de Sergipe no

século XIX. Era o centro das atenções de estrangeiros e de todas as pessoas que queriam transformar a cidade em um pedaço da Europa.

A cidade de Maruim possuía ruas largas e algumas calçadas, as pessoas possuíam vida cultural tranquila, algumas editando seus jornais e eventos, as famílias estrangeiras, principalmente as alemãs cultivavam o hábito da leitura e eram bastante interessados pela leitura que circulava na época, o que não era comum a nível geral, e assim estavam sempre bem atualizados a respeito dos acontecimentos que ocorriam em Sergipe, tanto no Brasil quanto no exterior. Embora sua população fosse menor do que a de Laranjeiras sua economia era mais elevada, contava com 7851 habitantes em 1890, no meio rural havia vários engenhos sendo que a região possuía 317 engenhos, dentre eles o Engenho Pedras.

Na cidade, a movimentação do porto era maior do que Laranjeiras, sua receita umas das mais expressivas do Estado era resultado dos inúmeros estabelecimentos industriais e comerciais de grande importância para o desenvolvimento econômico da região do Cotinguiba, pois a base econômica do Cotinguiba no século XIX era a cana-de-açúcar, mas no decorrer desse século, foram introduzidos aos poucos outros produtos como algodão, mandioca, couro etc. a produção desses gêneros sempre esteve atrelada à mão-de-obra escrava, que permaneceu forte até as vésperas da abolição definitiva, em 1888. A maior parte das mudanças ocorridas em Sergipe, a partir do século XIX ocorreu por conta das transformações causadas pela trajetória dos engenhos com suas propriedades de lavouras de açúcar que modificou profundamente a sociedade, a política e a economia, levando inclusive a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855.

O engenho foi caracterizado historicamente uma das primeiras formas de propriedade de terra do Brasil, adquirida inicialmente pela distribuição das sesmarias, possuía uma complexa estrutura, sendo uma das melhores expressões do latifúndio e de ambição pela posse de terra. Era composto por várias unidades produtoras (casa grande, casa de purgar, moendas, caldeira, etc). Nas quais atuavam, em maior número de trabalhadores escravos, sendo uma minoria dos empregados formados por homens livres. Em Sergipe a propriedade canavieira teria se sobressaído, é tida como introdutora perpetuadora de uma certa estrutura fundiária excludente.

Inicialmente sendo do tipo banguê, os engenhos de Sergipe viviam de uma cultura sobre um sistema fundiário e assim faltavam os estímulos no aumento de produção devido às áreas de cultivo ser pequenas, e também a falta de investimento por falta de mão-de-obra e capitais para aplicar. Os engenhos mais abastados com relação à maioria tinham uma estrutura que promovia uma produção superior pelo melhor aproveitamento das terras e matéria prima

permitindo maior capacidade de moagem da cana para a produção do açúcar nos engenhos. O Engenho Pedras que é objeto de estudo desse artigo, sendo ele um dos engenhos bem sucedido do século XIX em Sergipe, para isso o engenho precisava contar com uma vasta correspondência nas áreas de plantio, devido à região com clima e solo favorável aliando tudo isso ao investimento que favorecesse bons resultados, assim a propriedade do Engenho Pedras transformou-se gradativamente num dos engenhos mais produtivos da região do Cotinguiba. Todas essas transformações do Engenho Pedras estão literalmente atreladas senão a interesses e investimento por parte de seu proprietário por possuir uma cultura avançada de espírito empreendedor, um proprietário mais esclarecido que se convenceu das vantagens de investimento e as vantagens de comercialização com os mercados externos.

Na primeira metade do século XIX, o Engenho Pedras sob direção de Madureira era considerado um dos engenhos mais importantes com maior número de escravos e também de extensão de terras em relação aos engenhos da região, que através do incentivo na aplicação de investimento de capital e na compra de escravos que resultou em bom desempenho no trabalho de mão-de-obra nas lavouras de açúcar que equilibrou no processo de capitalização da economia açucareira, a propriedade Pedras se transformou gradativamente num dos engenhos mais produtivos da região e depois lá na frente, sob nova direção transformou-se em usina.

Na segunda metade do século XIX, o cotidiano dos engenhos foi marcado pela necessidade de inserção da economia açucareira no processo de modernização das tradicionais formas de produção, que até aqui a economia açucareira do Nordeste continuava a utilizar a mão-de-obra para o trabalho na lavoura e a tração animal como força motriz. A partir de então o modelo tradicional entrava em crise e perdia cada vez mais a concorrência para o mercado internacional. Outro fator que também contribuiu para isso foi à proibição do comércio da mão-de-obra- escrava que foi proibida com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a Lei Áurea que refletia no cotidiano da produção açucareira, assim para proteger as bases já bastante tradicionais sob os quais estruturava a sociedade açucareira, os donos de engenhos buscaram outros meios através de ferramentas mais modernas como aliada para buscar o equilíbrio no setor de produção do açúcar. Portanto, a partir de então era comum a utilização do vapor enquanto força motriz nos engenhos de Sergipe inovando um novo modelo no ambiente de produção, os engenho banguês que substituíam os obstáculos dos trapiches movidos a tração animal, toda essa situação causou reflexos para o cotidiano dos engenhos mesmo ocorrido em passos lentos devido à situação socioeconômica local.

Grande parte do século XIX, no que se refere à economia dos engenhos pode ser caracterizada por continuidade do período colonial, a concorrência externa com o açúcar produzido nas Antilhas, a ocupação irregular de terras, engenhos de pequena capacidade produtiva e a mão de obra escrava continuaram a fazer parte do cotidiano nas regiões que existiam engenhos. Na grande maioria dos engenhos persistia o mesmo sistema dos engenhos puxado a animais, e esse sistema além de apresentar lentidão na moagem apresentava não extrair todo caldo da cana, Já os engenhos movidos à água eram mais eficientes na moagem, no entanto, apesar da crise econômica no processo histórico dos engenhos, isto não motivou um abandono imediato dos engenhos.

O período de modernização iniciado na segunda metade do século XIX evidencia a existência dos engenhos movidos a tração de animal e os engenhos movidos a vapor, e a cultura impregnada nos costumes de que os engenhos eram geralmente fundados de modo simples e posteriormente modernizavam suas máquinas, fato esse que durante todo século as unidades continuavam sendo fundadas. Isso se justifica dentre outros motivos devido aos status do senhor de engenho que ao fundar um engenho começaria o ciclo de geração do senhor de engenho e sua dinastia. Segundo Freyre (1998), o prestígio do patriarcado estava alicerçado no poder econômico e nas condições regionais do espaço físico. Com isso era perfeitamente acessível a ascensão social dos indivíduos mediante a acumulação de capital e ao investimento deste em uma tradicional unidade de produção independente de sua origem social e étnica.

A estrutura social da sociedade naquela época apresentava duas posições extremas, a posição social entre senhores e escravos. O poder do senhor de engenhos não se resumia ao seu engenho, avançava além de sua unidade de terras, as vilas, cidades e a política regional. Com isto, o cotidiano dos engenhos era marcado por uma política de poder dominante dos senhores de engenhos que além de administrador tinha poder político regional. Desde o início da colonização, nenhuma mudança brusca havia sido efetuada na forma de organização de hierarquia social destas unidades produtivas. Os senhores, os escravos, os lavradores, continuavam desempenhando as mesmas funções.

As crises frequentes mesmo que endividavam o senhor de engenho, normalmente não lhe retirava o poder. Tudo isso garantia todo o prestígio, toda a descendência do senhor de engenho sua supremacia e estabilidade social frente à sociedade. O engenho na sua maioria inicialmente nascia pequeno em extensão e alicerçado no trabalho escravo, com característica extremamente patriarcal e de costumes tradicionais, a família patriarcal morava nas dependências da casa grande, com desafios de prosperar para obter bons fins econômicos,

prestígios político e poder. Com isso o engenho cumprira seu papel, e possibilitava todas as realizações que um homem de sua região e época poderia ambicionar. O Engenho próspero, boa escravaria, família formada, influências que iam além de seu engenho e seus domínios, portanto, estabilidade a ser desfrutada por gerações sucessoras e tudo iniciado por ele o senhor de engenho, através da implantação do seu engenho. Fundar um engenho assegurava uma ascensão e uma estabilidade social, e o senhor de engenho desejava converter seu sucesso econômico em poder político regional, formar uma dinastia e para tanto era preciso ser um senhor de engenho.

Segundo Freyre (1998), a formação social brasileira girou em torno da casa-grande. Lá que germinou muitos aspectos da cultura brasileira. E toda a estrutura em torno da casa grande representa melhor que qualquer coisa as contradições da terra, convivendo em equilíbrio assimétrico entre o negro e o branco, o escravo e o senhor. Estes conviveram juntos dentro da casa-grande (serviços domésticos eram feitos por negros) palco mor dessa representação, ao qual até a Igreja Católica se submetia (havia uma capela nas casas grandes, os padres vivam nas casas grandes, alguns até como senhores de engenho).

A historiografia sobre os engenhos em Sergipe revela o desenvolvimento desses engenhos e como os donos de engenhos são incentivados a fundarem novos engenhos quando que permitia a capacidade de uma propriedade que tivesse capacidade de fornecer todos os requisitos necessários ao funcionamento do engenho de açúcar, como terras para as plantações, matas que forneceria lenhas para as fornalhas, pastos para a criação do gado, roças de subsistência, além do espaço para a fábrica e para a moradia da família do senhor de engenho, dos escravos e seus agregados. Freyre (1998) descreve alguns aspectos da vida colonial, no qual ele trata também da vida familiar, da alimentação, da educação, das crenças e outros temas.

“A vida ou a formação colonial brasileira é apresentada como “um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena, a européia e a africana, a africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril, a agrária e a mineira, o católico e o herege o jesuíta e o fazendeiro, o bandeirante e o senhor de engenho, o paulista e o emboaba, o pernambucano e o mascate, o grande proprietário e o pária, o bacharel e o analfabeto. “Mas predominante sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”. (Freyre, 1998, p.53)

Houve por um momento a predominância desenfreada de fragmentos das propriedades de fortunas por circunstâncias de mortes da primeira geração dos senhores de engenhos da região. A evolução dos engenhos de Sergipe é bastante evidente, pois num período do século XIX Sergipe possuía poucos engenhos, seu desenvolvimento econômico foi tardio em função de vários fatores não favorável que ocorreram ao longo de sua história, como também

conseguiu criar condições para o seu próprio desenvolvimento e independência. Em 1798 a província possuía 140 engenhos, em 1856 já contava com aproximadamente 750 engenhos e em 1881 já existia 724 engenhos. A maioria desses engenhos estava localizada na região do Cotinguiba, que possuía 402 engenhos em 1856. No geral mesmo que o número de engenhos tenha diminuído entre 1856 e 1881, em Sergipe na região do Cotinguiba, onde sediava a maior parte dos engenhos, este número não diminuiu, só aumentou.

Na década de 1850, a economia estava dando bons resultados, o açúcar estava em alta o que favoreceu nessa época o aumento das residências na região do Cotinguiba, que resultou na região mais próspera de Sergipe. O desenvolvimento da região proporcionava não só o crescimento da economia, mais paralelamente o desenvolvimento do município, tornando-se importante cidade e residências de políticos, comerciantes etc. Esse foi um período de grande prosperidade e de grande relevância para a região do Cotinguiba que em 1855 via a capital de Sergipe sediada em São Cristóvão sendo transferida para Aracaju, próximo a região do Cotinguiba. A região Cotinguiba estava bastante povoada, houve na época um grande aumento populacional urbano. Com tudo isso acontecendo Sergipe experimentou a expansão dos seus engenhos o que não significou diretamente um aumento no número de percentual de escravos por engenhos, durante alguns anos da década de 1850 houve um movimento de expansão dos engenhos na região do Cotinguiba, mais a população não cresceu no mesmo ritmo, e uma das causas do não crescimento dessa população em relação ao aumento dos engenhos de Sergipe foi a interrupção do tráfico internacional de escravos que fez secar uma fonte tradicional de abastecimento interno de Sergipe. Para Freyre (1998), os senhores de engenhos são, portanto, os senhores de escravos. Estes são seus heróis. Estes são seus “aristocratas”.

O período da década de 1850 foi marcante para os senhores de engenho, um período marcado por epidemias que dificultou a mão-de-obra na lavoura de açúcar, as secas que atingiram o Nordeste nos anos de 1857 e 1859, diversos municípios da região do Cotinguiba foram vitimados. Todos esses problemas resultaram que muitos senhores de engenhos buscassem novas alternativas para realizar melhorias de forma a diminuir o impacto causado pelas perdas. Uma das alternativas foi desfazer de parte de sua força de trabalho para saldar dívidas, criando problemas com sua mão-de-obra e a diminuição nos lucros por motivo de concorrência no mercado, chegando a enfrentar crise na economia. Algumas mudanças foram introduzidas, algumas simples e baratas e outras não, mais a principal transformação só viria acontecer com o uso da moenda a vapor, sendo que em Sergipe sua introdução foi tardia a partir de 1860 por alguns senhores de engenhos, dentre eles o Engenho Pedras.

Como cita Almeida (1993) o século XIX é tido como o auge da produção do açúcar no Nordeste, quanto em Sergipe sendo testemunhado através da expressão da área de cultivo, do aumento do número de engenhos, da maior geração de recursos, do crescimento populacional urbano. Desse modo o predomínio do açúcar imprimirá a concentração da riqueza em mãos de quem possui terra e escravos, e o empobrecimento da população livre que não tem acesso a terras propícias à cana-de-açúcar.

Os engenhos foram importantes durante todo o período de sua existência, atualmente tem um papel importante através da valorização e importância do patrimônio material, a valorização do luxo, a riqueza, a cultura local, a religião, relações trabalhistas do poder, da política e outras, como também foram importantes através da inserção da economia no Estado de Sergipe. Nesse contexto insere-se a região do Cotinguiba local propício a produção canavieira, em que caracterizou e fortaleceu a economia num processo local, regional, nacional, através dos momentos de expansão, auge e crise.

O cotidiano nos engenhos é precisamente marcado pela relação e poder entre senhores, lavradores, escravos e agregados, pelo domínio da terra, a formação da sociedade, o uso e substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, a importância dos engenhos e do açúcar como instrumento de desenvolvimento na fértil região, são essas as transformações que ao longo dos tempos contribuíram para a historiografia dos engenhos do Brasil, especialmente Sergipe, precisamente na região do Cotinguiba. Segundo SCHWARTZ (1988), desde o período das colônias, onde teve o aprimoramento das técnicas dos engenhos de açúcar, o uso do cultivo da cana de açúcar foi utilizado como método para iniciar o povoamento de suas colônias como uma das opções encontrada pela coroa portuguesa de expandir seu império.

Os engenhos eram como fábricas/indústrias com suas peculiaridades, incertezas, e possibilidades de ascensão, de uma complexidade que vai além de uma simples moenda de cana de fabrico de açúcar, pois toda a estrutura de uma sociedade agrária estava presente senhores de engenhos, lavradores, escravos, comerciantes, instituições religiosas, instituições de créditos, atividades relacionadas com o porto e embarcações, o governo da província, e por aí segue. Para SCHWARTZ (1988), a estrutura da sociedade brasileira, tem como alicerce a mão-de-obra escrava. Em sua obra os segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, o autor investiga todas as particularidades internas do cotidiano, traçando com isso um espelho da sociedade baiana e Sergipe Del Rey que gira em torno do fabrico do açúcar, e nisso expande todos os seus conceitos no restante da sociedade brasileira colonial.

As atividades econômicas desenvolvidas nos engenhos possibilitavam a formação de privilégios que garantiam a ascensão social no domínio econômico e político dos senhores de

engenhos. Segundo SCHWARTZ (1988), “a nobreza dominava a sociedade e estabelecia os padrões de desempenho e comportamento. Até mesmo os doutros magistrados e abastados comerciantes, embora de origem burguesa, geralmente aspiravam ao status, títulos e privilégios da aristocracia.” A nobreza era uma questão de onde se vivia e o que se fazia. Na falta deste, os senhores de engenho demonstravam seus status de nobreza levando uma vida senhorial com sua propriedade fundiária, muitos escravos e agregados e a responsabilidade de promover a defesa da região.

Estudar o Engenho Pedras permite sobre tudo o acesso ao cotidiano da sociedade no contexto político, social, e principalmente num processo de modernização da economia açucareira na província de Sergipe, e suas transformações ao capitalismo nacional e internacional que ocorreram principalmente no século XIX e início do século XX.

6 - Considerações Finais:

As leituras bibliográficas, bem como a leitura de documentos, dentre as leituras bibliográficas, posso citar SCHWARTZ Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial, que permitiu entre outras análises observar a sociedade e suas relações, o cotidiano dos engenhos de Sergipe Del Rey e os autores já citados. Em relação às fontes históricas que foram encontradas no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, os inventários utilizados de Ana Rollemberg Madureira e Luiz Barbosa de Madureira (1866 e 1872) têm como principais temas a partilha de bens (móveis e imóveis) entre outros assuntos.

O Engenho Pedras sendo inicialmente do tipo banguê, se adaptou a um sistema fundiário. Os períodos de maior expansão da propriedade coincidem com os períodos de crise da economia açucareira no Brasil. O engenho passou por momentos de crises, no século XIX como a concorrência do açúcar no mercado exterior ocasionando a baixa dos preços do açúcar e posteriormente várias crises sucessivas, a substituição da primeira geração dos senhores de engenhos e a acentuada partilha sucessória, e outros problemas já citados. Seus períodos de depressão e expansão se relacionam muito estreitamente como o processo de transmissão hereditária. O Engenho Pedras inicialmente pertencia à família Rollemberg. Seus primeiros proprietários foram Mamoel Rolemberg d’Azevedo e Maria do Faro Rolemberg, teve vários

administradores através do processo de sucessão hereditária, os últimos proprietários do Engenho Pedras que passa a pertencer à outro grupo, à família Franco, e se transformou em Usina Pinheiro.

O administrador do Engenho Pedras na primeira metade do século XIX Luiz Barbosa de Madureira, durante o período de posse do engenho fez boa administração no engenho com ampliação dos negócios e investimento propício que garantiu o equilíbrio econômico do engenho. A obtenção de formas de investimentos para modernizar o engenho foi crucial para que mais tarde a propriedade Pedras se transformasse gradativamente em usina.

Vimos que em Sergipe o senhor de engenho é titulado a que muitos aspiram porque trás consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E bem se pode estimular o senhor de engenho quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos. Fundar um engenho assegura uma ascensão e uma estabilidade social e uma estabilidade financeira, que já possuía. O desejo em construir uma fortuna não para contemplá-la, mas para ostentá-la, principalmente perante a sociedade. Na sociedade em que a posse dos bens conferia status, principalmente a posse de engenho.

7 - Fontes e Bibliográficas

Fontes

Arquivo Geral Judiciário do Estado de Sergipe
Inventários *pos-mortem* – 2 (1866 e 1872).

Bibliografias

Adeline Daunard, Altiva Pilattibalhana, Cecília Maria Westphalem e Marcia Elisa de Campos Graf. **História Social do Brasil – Teoria e metodologia**. Editora UFP – Curitiba - 1984

ALMEIDA, Maria da Glória S. de **Sergipe: fundamentos de uma economia Dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840 – 1875): desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

Carla Bassanezi Pinsky. **Fontes Históricas**. 2. ed.2ª reimpressão- são Paulo:contexto,2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**, Aracaju/SE. Prefeitura Municipal de Aracaju/ Funcaju. 1999.

Mott, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey; população, economia e sociedade**. Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe;Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro,1989.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial, II (1840/1889)**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: banco do Estado de Sergipe 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na sociedade Colonial**. Tradução Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras. 1988.